

Demonstrações Financeiras

***Concessionária Ecovia Caminho
do Mar S.A.***

31 de dezembro de 2007 e 2006

Com Parecer dos Auditores Independentes

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2007 e 2006

Índice

Parecer dos Auditores Independentes.....	1
Demonstrações Financeiras Auditadas	
Balancos Patrimoniais	3
Demonstrações do Resultado.....	5
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	6
Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos.....	7
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.....	8

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Administradores e Acionistas da
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. levantados em 31 de dezembro de 2007 e 2006, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. em 31 de dezembro de 2007 e 2006, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

- 4 Conforme descrito na nota 19, a Administração Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. e o Governo do Estado do Paraná estão discutindo, inclusive judicialmente, diversos aspectos relacionados ao Contrato de Concessão assinado entre as partes em 14 de novembro de 1997. Tais discussões abrangem alternativas para atender o interesse público, sem comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão, bem como a possibilidade do Governo do Estado promover a execução de alternativas como: a) desapropriação das ações da Companhia; b) a encampação das rodovias; c) a caducidade do Contrato de Concessão, como forma de retomar o controle da atividade presentemente concedida à mesma e d) nulidade dos aditivos contratuais e de graus tarifários. As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal das operações da Companhia, e não incluem quaisquer efeitos que o desfecho das referidas discussões com o Governo poderiam trazer na eventualidade de um desfecho negativo.

Curitiba (PR), 15 de fevereiro de 2008.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6-F-PR

Paulo Sergio Dortas
Contador CRC-1BA015250/O-8-S-PR

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais – R\$)

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
ATIVO		
Circulante		
Disponibilidades (Nota 4)	4.640	3.497
Contas a receber (Nota 5)	1.837	960
Despesas antecipadas (Nota 6)	1.209	1.272
Outros créditos	75	97
	<hr/>	<hr/>
Total do ativo circulante	7.761	5.826
Não Circulante		
Realizável a longo prazo		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 9)	1.082	353
Outros	-	58
Permanente		
Imobilizado (Nota 7)	51.842	45.373
	<hr/>	<hr/>
Total do ativo não circulante	52.924	45.784
Total do ativo	<hr/> 60.685 <hr/>	<hr/> 51.610 <hr/>

	2007	2006
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Circulante		
Fornecedores	2.378	2.290
Empréstimos e financiamentos (Nota 10)	7.225	2.031
Impostos, taxas e contribuições a recolher	1.065	877
Obrigações sociais	1.143	1.205
Partes relacionadas (Nota 11)	3.567	1.067
Dividendos a pagar (Nota 13)	634	11.741
Provisão para imposto de renda e contribuição social	431	1.107
Outras contas a pagar	1.663	2.263
Total do passivo circulante	18.106	22.581
Não Circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 10)	22.000	10.480
Provisão para contingências (Nota 12)	1.859	-
Total do passivo não circulante	23.859	10.480
Patrimônio líquido (Nota 13)		
Capital social	15.600	15.600
Reservas de lucros	3.120	2.949
Total do patrimônio líquido	18.720	18.549
Total do passivo e do patrimônio líquido	60.685	51.160

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais – R\$, exceto lucro por ação em reais)

	2007	2006
Receita operacional bruta		
Receita com arrecadação de pedágio	105.985	89.943
Receitas acessórias	981	560
Impostos sobre arrecadação	(9.244)	(7.825)
Receita operacional líquida	97.722	82.678
Custo dos serviços prestados (Nota 14)	(35.668)	(29.141)
Lucro bruto	62.054	53.537
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas (Nota 14)	(24.343)	(21.059)
Receitas financeiras (Nota 15)	236	92
Despesas financeiras (Nota 15)	(4.090)	(2.388)
	(28.197)	(23.355)
Lucro operacional	33.857	30.182
Resultado não operacional	-	(1)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	33.857	30.181
Imposto de renda e contribuição social (Nota 9)		
Corrente	(11.838)	(10.182)
Diferido	729	9
	(11.109)	(10.173)
Lucro líquido do exercício	22.748	20.008
Lucro por lote de mil ações – em reais	1,46	1,28
Quantidade de ações no final do exercício (em milhares)	15.600	15.600

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006

(Em milhares de reais - R\$, exceto informação por ação em reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2005	15.600	1.681	168	-	17.449
Lucro líquido do exercício	-	-	-	20.008	20.008
Destinações do lucro líquido:					
Reserva legal	-	1.000	-	(1.000)	-
Reserva estatutária	-	-	100	(100)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(387)	(387)
Dividendos intermediários (R\$ 0,43 por ação)	-	-	-	(6.780)	(6.780)
Dividendos (R\$0,75 por ação)	-	-	-	(11.741)	(11.741)
Saldos em 31 de dezembro de 2006	15.600	2.681	268	-	18.549
Reversão da Reserva estatutária	-	-	(268)	268	-
Lucro líquido do exercício				22.748	22.748
Destinações do lucro líquido:					
Reserva legal	-	439	-	(439)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(1.182)	(1.182)
Dividendos intermediários (R\$1,33 por ação)	-	-	-	(20.761)	(20.761)
Dividendos propostos (R\$0,02 por ação)	-	-	-	(634)	(634)
Saldos em 31 de dezembro de 2007	15.600	3.120	-	-	18.720

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
ORIGENS DE RECURSOS		
Das operações:		
Lucro líquido do exercício	22.748	20.008
Itens que não afetam o capital circulante líquido:		
Depreciações	9.928	8.567
Variação Monetária e juros de longo prazo	327	680
Valor residual das baixas do ativo imobilizado	212	20
Provisão para contingências	2.137	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos – longo prazo	(729)	(9)
Recursos originados das operações	34.623	29.266
De terceiros:		
Aumento de passivos não circulantes:		
Empréstimos e financiamentos	22.000	5.000
Total das origens	56.623	34.266
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
Adições ao Imobilizado	16.609	13.976
Aumento de outros ativos não circulantes	-	377
Transferência do passivo não circulante para o passivo circulante:		
Empréstimos e financiamentos	10.807	1.739
Baixa de contingências	220	
Dividendos e juros sobre capital próprio propostos	22.577	18.908
Total das aplicações	50.213	35.000
Acréscimo (decréscimo) no capital circulante líquido	6.410	(734)
Demonstração do acréscimo (decréscimo) no capital circulante líquido		
Ativo circulante:		
No início do exercício	5.826	5.631
No fim do exercício	7.761	5.826
	1.935	195
Passivo circulante:		
No início do exercício	22.581	21.652
No fim do exercício	18.106	22.581
	(4.475)	(929)
Acréscimo (decréscimo) no capital circulante líquido	6.410	(734)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2007 e 2006

(Em milhares de reais - R\$)

1. Contexto Operacional

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, totalizando 136,7 quilômetros constituídos por: a) Rodovia BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 quilômetros; b) Rodovia PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32,0 quilômetros; c) Rodovia PR-407, trecho desde a BR-277 até Praia de Leste, em uma extensão de 19,0 quilômetros. O objeto da concessão consiste na recuperação, no melhoramento, na manutenção, na operação e na exploração das rodovias, pelo período de 24 anos, mediante a cobrança de tarifas de pedágio e de fontes alternativas de receita que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e lazer, inclusive as decorrentes de publicidade e multas por excesso de peso.

A Concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento da verba anual de fiscalização em doze parcelas mensais durante o período do contrato, sendo do início até o 11º ano R\$60 mensais e do décimo - segundo ano até o final do contrato R\$66 mensais.
- Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destinada a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia Rodoviária, a qual será paga até o 11º ano, no valor de R\$10 mensais e do 11º ano ao final do contrato R\$11 mensais.
- A restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme abaixo (exceto operação):
 - 2,6 quilômetros da Rodovia PR 804, trecho entre a BR 277 e PR 408;
 - 13,2 quilômetros da Rodovia PR 408, trecho entre Morretes e a BR 277;
 - 9,6 quilômetros da Rodovia PR 408, trecho entre a PR 340 e Morretes;
 - 13,0 quilômetros da Rodovia PR 411, trechos entre a PR 410 (São João da Graciosa) e Morretes.

Os valores acima mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais - R\$)

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, baseando-se nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nas normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON.

O processo de elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas contábeis. Essas estimativas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e avaliação dos instrumentos financeiros e demais ativos e passivos na data do balanço.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

A provisão para imposto de renda e contribuição social foi computada com base na legislação vigente na data do balanço.

As demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, exceto quando indicado de outra forma, estão apresentadas em milhares de reais.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

As demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião de diretoria datada 15 de fevereiro de 2008.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais - R\$)

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do resultado

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio. As receitas decorrentes de vendas antecipadas de “cupons” de pedágio são contabilizadas como “Receitas Antecipadas” no passivo circulante na rubrica de “Outras contas a pagar”, sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício, à medida que os usuários passam pela praça de pedágio. As despesas são registradas pelo regime de competência.

b) Contas a receber

São apresentadas pelos respectivos valores de realização e podem incluir, caso seja julgado necessário, a provisão para devedores duvidosos, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas.

c) Imobilizado

É registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear, em função do prazo de vida útil estimada dos bens, limitada ao prazo remanescente para término do contrato de concessão com o Poder Concedente. As principais melhorias são registradas no imobilizado e os gastos com manutenção e reparos são registrados no resultado, quando incorridos. Os gastos com projetos de expansão, construção e melhorias, enquanto não terminados, são registrados como obras em andamento.

d) Empréstimos e financiamentos

São apresentados pelo valor do principal acrescido dos encargos financeiros incorridos *pro rata temporis* até a data do balanço.

e) Tributação sobre a receita

As receitas com arrecadação de pedágio e outras estão sujeitas ao ISS, PIS e COFINS. Esses encargos são apresentados como dedução da receita operacional bruta na demonstração de resultado.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais - R\$)

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis--Continuação

f) Tributação sobre o lucro

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e contribuição social. O imposto sobre a renda foi calculado com base no resultado, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. A contribuição social foi calculada à alíquota vigente, sobre o resultado antes do imposto de renda ajustado nos termos da legislação vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos, com base nas alíquotas conhecidas, para as adições e exclusões cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros, de acordo com o disposto na deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371 de 27 de junho de 2002, que aprovou o pronunciamento do IBRACON sobre a contabilização do imposto de renda e da contribuição social (Nota 9). O reconhecimento dos créditos tributários está fundamentado em estudo de expectativa de lucros tributáveis futuros, que foi baseado em estudo técnico de viabilidade, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração.

g) Provisão para contingências

Atualizada até as datas dos balanços pelo montante estimado de perda provável, observada a natureza de cada contingência e apoiada na opinião dos consultores jurídicos da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para contingências estão descritos na Nota 12.

h) Juros sobre o capital próprio

Foram calculados de acordo com a legislação vigente, sendo que para os juros sobre o capital próprio foi respeitado o limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido ajustado.

i) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

São registrados pelos valores nominais conhecidos ou estimados, atualizados até a data do balanço, quando aplicável.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais - R\$)

4. Disponibilidades

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Caixa	2	3
Bancos conta movimento	2.800	1.688
Numerário em trânsito	1.259	1.349
Fundo de troco	579	457
	<u>4.640</u>	<u>3.497</u>

5. Contas a Receber

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Pedágio eletrônico a receber	693	284
Cupons de pedágio a receber	1.120	556
Outras contas a receber	24	120
	<u>1.837</u>	<u>960</u>

Representadas substancialmente por valor a receber de pedágio eletrônico, cupons de pedágio, faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

Em 31 de dezembro de 2007 e 2006, a administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para devedores duvidosos sobre o saldo das contas a receber.

O *aging list* das contas a receber em 31 de dezembro de 2007 e 2006 está assim representado:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Contas a receber a vencer	1.837	948
Contas a receber vencidas há 30 dias	-	2
Contas a receber vencidas há 90 dias	-	3
Contas a receber vencidas há 180 dias	-	1
Contas a receber vencidas há 365 dias	-	6
	<u>1.837</u>	<u>960</u>

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais - R\$)

6. Despesas Antecipadas

Os saldos das despesas antecipadas em 31 de dezembro de 2007 e 2006 estão representados por prêmios de seguros pagos antecipadamente.

7. Imobilizado

	Taxa média ponderada anual de depreciação (%)	2007			2006
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Demais melhorias e ampliações	9,3	11.382	(5.056)	6.326	6.188
Pavimentações e conservação especial	15,2	61.854	(30.192)	31.662	24.280
Sinalização e dispositivos de segurança	13,7	6.445	(4.654)	1.791	2.184
Hardware, software, sistemas e equipamentos de pedágio	14,9	5.682	(3.900)	1.782	2.260
Máquinas e equipamentos	10,9	1.070	(636)	434	456
Móveis e utensílios	10,2	557	(314)	243	261
Terrenos e edificações	5,2	12.905	(4.893)	8.012	8.210
Instalações	10,0	4	-	4	1
Outros	7,9	2.834	(1.246)	1.588	1.533
		102.733	(50.890)	51.842	45.373

8. Arrendamento Mercantil

Em 31 de dezembro de 2007, a Companhia mantinha contratos de arrendamento mercantil – leasing operacional de máquinas e equipamentos, com taxas prefixadas de juros entre 1,20%, 1,63% e 1,77% a.m., a serem pagos em 36 parcelas de R\$16 com prazos de vencimento entre 2008 e 2009, com saldo remanescente de R\$359. O valor dos bens arrendados é de R\$754.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais - R\$)

9. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados sobre diferenças temporárias. Em 31 de dezembro de 2007, os saldos acumulados de prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social haviam sido totalmente compensados com lucros tributáveis. O crédito tributário relativo ao imposto de renda e à contribuição social diferidos, decorrente de diferenças temporárias, totalizava, em 31 de dezembro de 2007, R\$ 1.082 (R\$ 353 em 31 de dezembro de 2006). A efetiva realização desse ativo está condicionada à tributação futura das diferenças temporárias.

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>33.857</u>	30.181
Imposto de renda e contribuição social calculados pela alíquota fiscal nominal combinada de 34%	(11.511)	(10.262)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Imposto de renda sobre juros sobre o capital próprio	177	132
Outros	<u>225</u>	(43)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(11.109)</u>	<u>(10.173)</u>

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais - R\$)

10. Empréstimos e Financiamentos

Credor	Moeda	Taxa média anual de juros	2007	2006
Bradesco	Nacional	107,7%+CDI	29.225	-
Unibanco	Nacional	20,50 %	-	12.511
Total			29.225	12.511
Total no passivo circulante			(7.225)	(2.031)
Total no passivo não circulante			(22.000)	(10.480)

Em 31 de dezembro de 2007 e 2006, o saldo de empréstimos estava representado por obrigações referentes à captação de capital de giro, e a dívida de longo prazo está programada para ser paga nos seguintes anos:

	2007	2006
2008	-	1.584
2009	5.500	1.683
2010	5.500	1.789
2011	5.500	5.424
2012	5.500	-
	22.000	10.480

11. Transações com Partes Relacionadas

A Concessionária contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles ligadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do Sistema Rodoviário, além de serviços administrativos e financeiros. As transações do exercício e os saldos correspondentes são demonstrados a seguir:

Sociedade	Despesas gerais e administrativas	Saldo de serviços e obras a pagar
ECSE – Centro de Serviços de Engenharia Ltda	1.559	244
ECSC - Centro de Serviços Corporativos Ltda.	14.165	3.323
Total 2007	15.724	3.567
Total 2006	13.642	1.067

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais - R\$)

11. Transações com Partes Relacionadas--Continuação

Os saldos de passivos em 31 de dezembro de 2007 e 2006, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, relativos a operações com empresas relacionadas, foram realizados em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações. Em 31 de dezembro de 2007 e 2006, a Companhia não tinha concedido aval para qualquer parte relacionada.

12. Provisão para Contingências

A administração da Companhia acredita que a provisão para contingências constituída, conforme apresentado abaixo, é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais.

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Cível	1.085	200
Trabalhista	1.599	347
	<u>2.684</u>	<u>547</u>
Menos		
Depósitos Judiciais	(825)	(547)
	<u>1.859</u>	<u>-</u>

Os diversos processos em andamento são de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia. As respectivas provisões para contingências foram constituídas para os processos, cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável, com base na opinião de seus advogados e consultores legais.

Processos cíveis

Correspondem principalmente a processos envolvendo acidentes e pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia tem outras contingências de natureza cível no valor de R\$ 3.251, que foram avaliadas como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração e, portanto, sem constituição de provisão.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais - R\$)

12. Provisão para Contingências--Continuação

Processos trabalhistas

Correspondem principalmente a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante.

Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionadas.

Processos tributários

Na opinião de seus advogados, a Companhia não tem processos tributários com avaliação de perda provável.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

13. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2007 e 2006, o capital social estava composto por 15.600.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

b) Reserva de lucros

Legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais - R\$)

13. Patrimônio Líquido--Continuação

b) Reserva de lucros--Continuação

Estatutária

Em 31 de dezembro de 2006 o estatuto da companhia previa a constituição de reserva para restituição de capital aos acionistas, no caso de extinção da concessão, com base em 0,5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitado a 10% do capital social. Em 01 de outubro de 2007, através de Assembléia Geral Extraordinária, os acionistas deliberaram a retirada da constituição dessa reserva do estatuto social, e em 20 de dezembro de 2007, o conselho da administração aprovou a reversão da reserva constituída até 31 de dezembro de 2006 para dividendos.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da lei 6.404/76.

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio sobre o patrimônio líquido e limitados a variação “pro rata die” da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, vigente no período, no montante de R\$1.182 (sendo retidos R\$ 177 de imposto de renda na fonte - IRRF), os quais, em atendimento a Deliberação CVM nº 207/96, foram contabilizados como despesas financeiras e estão demonstrados como distribuição de dividendos, não sendo apresentados, entretanto, na demonstração de resultado, visando não produzir efeito no lucro líquido final, a não ser pelos impactos fiscais reconhecidos na rubrica de imposto de renda e contribuição social. Deste montante, R\$498 (com retenção de R\$75 de IRRF) foram creditados e pagos em 27 de junho de 2007 e R\$684 (com retenção de R\$103 de IRRF) foram creditados e pagos em 28 de dezembro de 2007.

A Companhia efetuou, em 2007, pagamento de dividendos, no montante de R\$32.502 (R\$11.741 relativos ao exercício de 2006 e R\$20.761 relativos ao exercício de 2007).

O montante de dividendos a pagar de R\$ 634 em 31 de dezembro de 2007 (R\$366 referentes dividendos propostos em 2007, ad-referendum da AGO e R\$268 referente à reversão da reserva estatutária de 2006).

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais - R\$)

14. Custos e Despesas Gerais e Administrativas

	2007				2006	
	Custos dos Serviços prestados	Despesas administrativas	Total	%	Total	%
Pessoal	4.212	4.183	8.395	14,0	6.953	13,9
Conservação e Manutenção	11.787	51	11.838	19,7	10.521	21,0
Serviços de terceiros	4.567	17.028	21.595	36,0	19.698	39,2
Seguros	1.313	-	1.313	2,2	1.322	2,6
Poder Concedente	1.914	-	1.914	3,2	1.869	3,7
Depreciação/Amortização	9.922	-	9.922	16,5	8.567	17,1
Outros	1.953	3.081	5.034	8,4	1.270	2,5
	35.668	24.343	60.011	100,0	50.200	100,0

As despesas com pessoal incluem provisão para participação nos lucros aos empregados, em 2007, no valor estimado de R\$ 361 (R\$419 em 2006).

15. Resultado Financeiro

	2007	2006
<u>Receitas financeiras</u>		
Sobre aplicações financeiras	236	92
	236	92
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros sobre financiamentos	(3.596)	(2.079)
Juros sobre outras obrigações	(9)	(82)
Outros	(485)	(227)
	(4.090)	(2.388)
Resultado financeiro líquido	(3.854)	(2.296)

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais - R\$)

16. Gerenciamento de Riscos e Instrumentos Financeiros

Considerações gerais

Em 31 de dezembro de 2007 e 2006, a Companhia não tinha nenhum contrato de troca de índices (swaps) ou que envolvessem operações com instrumentos financeiros derivativos.

Valor de mercado

Em 31 de dezembro de 2007 e 2006 o valor de mercado dos instrumentos financeiros, representado substancialmente por empréstimos e financiamentos, representa o valor contábil registrado nas demonstrações financeiras.

17. Plano de Previdência Privada

Em junho de 2006, foi implantado o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são perfeitamente previsíveis e passíveis de controle e administração, no qual a Companhia e colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$2,6, até o limite de 8% do salário nominal e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. Até 31 de dezembro de 2007, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$115.

No intuito de solidificar o plano de benefícios, a Companhia aportou valores retroativos a janeiro de 2006 ou à data de admissão, no caso de admissão em 2007, para aqueles que aderissem ao plano de previdência privada até junho de 2006.

18. Seguros Contratados (não auditada)

A Companhia possui cobertura de seguros considerada suficiente em função dos riscos existentes em sua operação, inclusive seguros obrigatórios em função do cumprimento de cláusulas específicas do contrato de concessão, em que o beneficiário é o DER-PR (Departamento de Estradas de Rodagem – Paraná).

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais - R\$)

19. Informações sobre o Contrato de Concessão

A pedido do Governo do Estado, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná autorizou o Poder Executivo Estadual, com base na Lei Estadual 14.066 de 4 de julho de 2003, a promover a encampação da concessão objeto do contrato de exploração do lote número 6 do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná, o qual se refere aos trechos de rodovias sob concessão da Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

De acordo com a referida Lei e, posteriormente, por força de decisão judicial (sentença de mérito), a extinção da concessão e retomada do serviço pelo Governo do Estado, sob a forma de encampação, dar-se-á somente após o prévio e devido pagamento do valor correspondente à indenização devida à Ecovia, conforme previsto no contrato de concessão e na Lei Complementar nº. 76 de dezembro de 1995, que regula a concessão de serviços públicos. De toda forma, em 2005, o Governo do Estado do Paraná, em um dos processos judiciais que discutem o assunto declarou já há algum tempo ter deixado de efetuar a encampação das concessões.

Em 12 de janeiro de 2004, o Governo do Estado do Paraná emitiu uma série de decretos declarando como sendo de “utilidade pública, para fins de desapropriação e aquisição do controle acionário, 100% das ações com direito a voto” de cinco das seis Companhias que fazem parte do Anel de Integração do Paraná. Pelos referidos decretos, o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e a Procuradoria Geral do Estado ficam autorizados a tomar medidas extrajudiciais e judiciais para a efetivação da desapropriação. Entretanto, o Poder Judiciário suspendeu todos os efeitos dos decretos expropriatórios no âmbito de ações movidas pelas concessionárias, inclusive a Ecovia.

A desapropriação de ações de controle descrita acima, para a qual o Governo do Estado editou decretos de utilidade pública, foi impedida por ordem da Justiça Federal do Distrito Federal editada em 2 de abril de 2004.

Além disso, o Poder Concedente instaurou administrativamente processo para apurar supostos descumprimentos de cláusulas do contrato de concessão, alegando inclusive potencial para caducidade. A Ecovia por discordar absolutamente dos fatos apontados socorreu-se mais uma vez ao Poder Judiciário que determinou a suspensão dos processos administrativos por reputá-los indevidos, através de decisão do TRF da 1ª Região emitida em 1º de junho de 2004.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais - R\$)

19. Informações sobre o Contrato de Concessão--Continuação

Durante o primeiro semestre de 2004, o Governo do Estado do Paraná, por meio do DER/PR, realizou diversos procedimentos de auditoria operacional e financeira sobre os registros contábeis da Ecovia Caminho do Mar S.A. Como resultado desse trabalho, algumas supostas incorreções foram identificadas por aquelas autoridades, as quais foram tempestivamente explicadas e justificadas pela Ecovia. Subsequentemente, como parte das discussões judiciais em curso, envolvendo a Companhia e o Governo do Paraná, tais auditorias de avaliação foram consideradas ilegais pelo Tribunal Regional Federal - TRF da 4ª Região.

A aplicação do reajuste legal, contratualmente previsto para ocorrer em 1º de dezembro de 2003 e que havia sido temporariamente suspenso devido a ação judicial movida pelo Estado do Paraná, foi assegurada pela Justiça Federal de Curitiba e posteriormente confirmada, em acórdão unânime, pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça – STJ em decisão datada de 30 de junho de 2004. Dessa forma, os referidos reajustes vêm sendo praticados pela Ecovia desde 2 de julho de 2004.

Os reajustes de tarifas de 2004, 2005, 2006 e 2007 foram também garantidos através de decisões judiciais exaradas pela Justiça Federal do Paraná e confirmadas pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Ressalte-se que a ação judicial que trata do reajuste de 2006 já foi procedente em favor da Ecovia.

O Governo do Estado do Paraná pretendeu também sustar a aplicação de degraú tarifário contratualmente previsto. Da mesma forma, a Justiça deu ganho de causa à Ecovia, impedindo o Estado de proceder a qualquer alteração no valor nominal das tarifas, tendo desta forma sido garantido o valor tarifário contratualmente previsto.

Na mesma esteira, o Governo do Estado do Paraná ainda pretendeu, por meio de via judicial, tornar nulos os aditivos ao Contrato de Concessão para obter por via transversa a redução das tarifas de pedágio. Todavia, tais tentativas restaram frustradas, sendo todos os pedidos indeferidos em primeira e segunda instancias sendo que, por essa razão a tarifa básica permanece nos patamares contratuais.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais - R\$)

19. Informações sobre o Contrato de Concessão--Continuação

A Ecovia promove ação judicial contra o Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná – DER/PR (Concedente), perante a Justiça Federal de Curitiba, para ter declarado e considerado em seu favor os principais fatos que desequilibraram o contrato original, obtendo-se assim o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão. Em novembro de 2005, o Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná – DER/PR (Concedente), ajuizou ação que foi conectada àquela acima mencionada, para obter revisão em seu favor do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, tendo sido negada tutela antecipada para reduzir a tarifa. Naquele mesmo ano, em dezembro, em face da negativa da tutela antecipada para obtenção de revisão para menor da tarifa, a Concedente ajuizou medida cautelar com a mesma razão de pedir da ação acima mencionada, tendo liminar negada e sido ainda extinta por sentença logo em seguida. Em 2006, o Poder Concedente, a despeito das duas derrotas anteriores, promoveu terceira ação com a mesma causa de pedir, com pedido de antecipação de tutela, o qual, também foi indeferido pelo Juízo Federal competente.

O Governador do Estado do Paraná sancionou em 2007 duas leis de autoria da Assembléia Legislativa, que isentavam uma delas os veículos emplacados nos mesmos municípios em que estavam instaladas as praças de pedágio e outra as motocicletas e ciclomotores. Ambas as leis foram atacadas judicialmente pelas concessionárias de rodovia do Paraná, inclusive a Ecovia, tendo os efeitos das mesmas sido suspensas por liminares confirmadas. Ou seja, as isenções não vigem por tempo indeterminado até o julgamento definitiva das respectivas demandas.

20. Alterações na Preparação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

Em 28 de dezembro de 2007 foi sancionada a Lei n. 11.638 que altera e revoga alguns dispositivos da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e da Lei n. 6.385 de 7 de dezembro de 1976.

Os requerimentos desta nova Lei aplicam-se às demonstrações contábeis relativas aos exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2008, sendo que as alterações nessas demonstrações para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2008 deverão também ser aplicadas retroativamente a 31 de dezembro de 2007 para fins de apresentação e comparabilidade das demonstrações contábeis a serem divulgadas.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais - R\$)

20. Alterações na Preparação e Divulgação das Demonstrações Contábeis--Continuação

Não é possível antecipar na data de preparação das atuais demonstrações contábeis os impactos das alterações da nova Lei sobre os resultados das operações e sobre a posição patrimonial e financeira da Companhia e empresas controladas, a serem refletidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas relativas ao exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2008 e, retrospectivamente, nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2007, quando de sua preparação para fins de comparação com as demonstrações contábeis para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2008.